

## DEMORA JUDICIÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA

SIDNEI AGOSTINHO BENETI

Juiz do 1.º TACivSP, Diretor-Adjunto da Escola Nacional da Magistratura e Professor de Direito

1. Se acesso à Justiça significasse apenas facilidade de ajuizamento de ações e oferecimento de defesa, nisso o Brasil não estaria mal.

As custas processuais, embora sempre elevadas para a população, realmente isentos os pobres não são altas, se comparadas com os custos normais do processo alemão, para cuja sucumbência é preciso fazer seguro. Não se exige declaração prévia de crença na sinceridade da demanda, pela parte e seu patrono. O acusado, no criminal, não se compromissa a dizer a verdade, sob pena de perjúrio, como nos EUA. O Advogado não jura sobre a Bíblia a respeito da sua atuação, como na Inglaterra. Nesse ponto é fácil e de pouco risco litigar no Brasil.

2. Por outro lado, a despeito, especialmente, da demora, causada pelo entulhamento dos grandes números, o processo brasileiro não precisa humilhar-se no mundo.

Os números mais candentes da quantidade judiciária estão em São Paulo — cerca de 4.000.000 de processos em andamento no Estado, sendo cerca de 250.000 em 2.ª Instância (contra 2.591 processos em 1.ª Instância no Ceará, 447.850 processos em 1.ª e 2.ª Instâncias em Pernambuco, 52.279 em 1.ª e 2.ª Instâncias do Espírito Santo, 75.367 em 1.ª Instância e 439 em 2.ª Instância em Rondônia, 518.931 em ambas as Instâncias no Maranhão, 433.557 em Minas Gerais, 36.092 processos em 1.ª Instância e 2.484 em 2.ª Instância na Bahia — cf. *Folha de S. Paulo*, 11.9.94, Especial A-8).

Mas, mesmo nos números de São Paulo: “Como fica a Comparação com outros países?” O Departamento de Informática do Tribunal de Justiça, no ano de 1989, ano de greves, calculou a duração média de 677 dias para processos cíveis e 488 dias para criminais, segundo fórmula do Prof. Piccardi, que,

para a Itália, com a mesma fórmula, apresentava, de 1970 a 1980, a duração seguinte: 1.ª Instância, 577 dias, nos pretores, e 948 dias, nos Juízes; 2.ª Instância: 540 dias nos Tribunais; 715 dias nas Cortes de Apelação e 1.075 dias na Corte de Cassação (Cf. *Riv. Diritto Processuale*, 1982, n. 4, 2.ª parte, p. 711). Em algumas Cortes dos Estados Unidos: casos cíveis: 777 dias (Miami), 1.215 dias (New Orleans), 1.333 dias (New York) e 886 dias (Washington-DC) (Cf. “Litigation”, em *The Justice System Journal*, vols. 14/3 e 15/1, 1991, pp. 294-295). Mauro Cappelletti, com base em De Miguel y Alonso, informa que “na Espanha são necessários cinco anos e três meses para que se obtenha uma sentença e o julgamento de um recurso à Corte de Cassação” (*Acesso à Justiça*, 1988, p. 20). E acrescenta-se a informação sobre a França (modelo de controle externo do sistema de Justiça), exposta por Hubert Haene e Jan Arthuis, na introdução ao Relatório da Comissão Senatorial de Controle da Autoridade Judiciária, de 13.12.90: “Dezesseis meses perante as Cortes de apelação, mais de vinte e seis meses perante os Tribunais Administrativos”, não se ignorando o incômodo veredicto da Corte Européia dos Direitos do Homem que condena a França, a 24.10.89, por ultrapassagem do “retardamento razoável do processo” (*Justice Sinistré Democratie in Danger*, ed. Economica, Paris, Introd. pp. 1 e 2) (cf. Sidnei Agostinho Beneti, “Justiça para a Justiça”, *O Diário*, de Ribeirão Preto, 9.2.92, p. 4; *JTACivSP* 141/196; sobre a pesquisa, ver Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, “Durata Media dei Processi di Giurisdizione Ordinaria Nello Stato di S. Paolo, del Brasile”, em *Legalità e Giustizia* ns. 2-3/1992, p. 329).

3. Que faltará ao aparelhamento judiciário, para que o acesso à Justiça se democratize na efetividade, com o julgamento definitivo

mais rápido, seguido da execução, sem a qual não há Justiça, mas puro movimentar-se de papéis? Não vale a resposta fácil resposta lateral escapista do tipo: acesso dos pobres e miseráveis, politização das decisões, criação de novos direitos, aplicação alternativa, constatação da crise, ideologização dos conflitos, controle político dos Juízes, ou, arre (!) a constatação de pretensas “jurisdições paralelas na Favela da Rocinha”? Nada disso vai pegar um pacote de autos de análise pesada, difícil e demorada e transformá-los em julgamento intelectual e socialmente honesto, desses de leitura e releitura, para escrita de decisão motivada (CF, art. 93, IX).

O acesso à Justiça efetiva, de resultados concretos, não é questão retórica, mas prática. Passa pelos instrumentos e condições materiais de trabalho, em que o Judiciário tem melhorado muito (cf. protocolos integrados, informatização parcial, unificação de precatórias, estenotipia, intimações pelo jornal oficial, recolhimento de custas em bancos etc., muito do que já se fez — p. ex. vide *JUTACRIM* 83/535, homenagem ao Des. Bruno Affonso de André), mas tem muito ainda por melhorar, no aprimoramento dos procedimentos, em trabalho como o que vem realizando a Escola Nacional da Magistratura, sob a Presidência do Min. Sálvio de Figueiredo; na reorganização da Organização Judiciária, para maior agilidade operacional; na formação de Juízes, tarefa das Escolas de Magistratura.

E passa, sobretudo, pela criação de novo tipo de bacharel em Direito, diretamente comprometido com a preservação do acesso à Justiça. Na Faculdade é que se formam, iguais e parelhos, os Juízes, Advogados,

Promotores, Delegados de Polícia e Professores, estes com a missão de reproduzir em série os novos operadores do Direito forjados nas mesmas formas.

Fenômeno da reprodução, em escala, do jurista, de que falaram Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (*A Reprodução*), Luís Alberto Warat (“El Senso Común Teórico de Los Juristas”, em *Contradogmáticas*, e *A Reprodução Crítica do Saber Jurídico*). E de que falaram e falam, entre os nossos atuais, por todos, em obra extensa, Fábio Comparato, José Eduardo Faria, Joaquim Falcão, Celso Campilongo, Aurélio Wander Bastos, entre tantos pensadores do Direito, evidenciando esse fenômeno que vai muito além do mecanicismo dos operadores judiciários, para localizar-se na ressonância da formação universitária e esta, por sua vez, a aprofundar-se nas raízes de nossa sociedade, tantas vezes em mudanças, muitas vezes traumáticas, ao fim das quais tem sempre restado muito por melhorar...

4. Sem o novo profissional do Direito, que tenha horror à forma vazia, abomine trazer à prática a teoria sem efeito concreto; sem o profissional livre para criar e desprendido para deixar criar novas formas de andamento das informações contidas nos autos, desapegado de interesses pessoais mesquinhos e de corporativos interesses de classe, não haverá a melhoria no resultado prático, que deve caracterizar o acesso democrático à Justiça como instrumento de adequada convivência social, na parte em que possível realizar-se por intermédio do Poder Judiciário — ficando os desajustes da sociedade, inclusive na construção do sistema de Justiça, para a correção nos outros foros da organização social.